

ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL

SOB A ORIENTAÇÃO DO OFICIAL ADMINISTRATIVO ISIDORO ZANOTTI

Seremos demais?

Madame A. MYRDAL E PAUL VINCENT.
(Tradução de Maria de Lourdes Lima Modiano)

PREFÁCIO

NÃO poderiam os autores, nestas poucas páginas, pretender muito mais do que indicar as principais questões suscitadas por esse vasto problema, questões estas cujo estudo, na maioria dos casos, até hoje tem sido apenas esboçado. Contudo, não seria possível contentarem-se os autores em expor as aquisições incontestáveis da ciência nesse terreno, embora não pudessem descer a minúcias de controvérsias até hoje pendentes. Se, em determinados pontos chegaram a expressar opiniões sobre aspectos ainda obscuros da questão, fizeram-no, essencialmente, na esperança de provocar reações no espírito do leitor e suscitarem, no seio do público, discussões fecundas.

Pareceu-lhes necessário, antes de tudo, situar convenientemente o problema, assinalar os seus pontos litigiosos e acentuar os erros mais comuns a que o mesmo tem dado origem. Foi com esse objetivo que estabeleceram juntos o plano da presente monografia; que trocaram idéias quanto ao respectivo conteúdo e que, cada um por seu lado, participou até certo ponto da elaboração de todas as partes do estudo. A responsabilidade do trabalho final de redação, quanto ao texto inglês dos capítulos 2.º e 4.º, coube à Senhora Myrdal e do texto francês dos dois outros, ao Sr. Vincent.

I — O PROBLEMA

Problema de ontem e problema de hoje

Todos sabem que há, atualmente, países que dispõem de recursos alimentares abundantes que lhes permitem alimentar convenientemente o conjunto de sua população.

Em contraste com esses países privilegiados, outros existem, cujas disponibilidades em gêneros alimentícios (tanto os oriundos do próprio solo como os que se obtêm através do intercâmbio comercial) são insuficientes para assegurar uma ração alimentar normal a todos os seus habitantes.

Quais as soluções propostas para livrar da penúria alimentar as populações ainda expostas a tal flagelo? Assim é que se resume, em linhas gerais, o problema população-subsistência, na época atual.

O problema nem sempre apresentou-se nesses termos. Até há bem pouco tempo, mais ou menos em começos do século XIX, todos os países viviam praticamente sob o signo de um orçamento-subsistência de equilíbrio precário, como provam a escassez alimentar periódica e até mesmo as épocas de fome.

Até o fim do século XVIII, porém, a questão que aqui temos em vista era objeto apenas de comentários episódicos, à margem de exposições políticas mais ou menos doutrinárias. Para vê-la levada perante a opinião pública temos que avançar até a publicação do primeiro trabalho de Malthus, intitulado "Essay on the principle of population..." (Londres, 1798). A maneira teórica pela qual o problema população-subsistência nele se encontra exposto imprimirá certa continuidade à discussão desde então aberta. Depois de Malthus, ninguém mais poderá ignorar suas concepções. Daí, considerarmos indispensável uma recapitulação sumária de suas idéias.

As primeiras concepções de Malthus

De início, a idéia fundamental de Malthus era a seguinte: as faculdades de reprodução das espécies animais são tais que se lhes fôr dado desenvolverem-se sem freio, seu crescimento não somente será ilimitado, como, ainda, se fará num ritmo extremamente rápido. Os efetivos das gerações sucessivas crescem segundo uma lei análoga à dos juros compostos.

A esse desenvolvimento, de potencialidade infinita, das espécies (e da espécie humana em particular) opunha Malthus o desenvolvimento das subsistências de que as mesmas dispõem, este inevitavelmente limitado (pelo menos pela quantidade finita dos materiais existentes na superfície do globo) e até mesmo, julgava êle, relativamente lento. Considerando-se a fecundidade como constante, o equilíbrio indispensável entre a população e as subsistências não se pode realizar senão por um jôgo de "obstáculos" externos — fomes, epidemias, guerras — que frenam o desenvolvimento fisiológico do gênero humano pelo aumento da mortalidade.

Para ilustrar suas concepções relativas aos ritmos diferentes, do desenvolvimento natural da população por um lado e do aumento das subsistências por outro, recorreu Malthus a uma com-

paração matemática entre as duas progressões que damos a seguir :

Limite dos
períodos sucessivos
(em anos)

Progressão
geométrica
(população)

Progressão
aritmética
(subsistências)

A progressão geométrica destina-se a ilustrar a maneira pela qual se desenvolveria uma população cujo efetivo, determinado no começo de cada período de 25 anos, se duplicaria durante esse período: em 250 anos, o número inicial dos habitantes estaria multiplicado por mais de 1.000. A escolha do intervalo de 25 anos corresponde a uma avaliação plausível do período de duplicação de uma população que aumentasse *sem freios*.

A progressão aritmética, escolhida por Malthus para dar uma idéia do aumento das subsistências, tal como êle a calculava, durante esse tempo, é, pelo contrário, inteiramente arbitrária. Baseia-se na suposição de que as subsistências aumentam em quantidade constante durante cada período de 25 anos, correspondendo esse aumento ao dobro, durante o primeiro período. Ao cabo deste, o equilíbrio população-subsistências, por hipótese realizado de início, não ficaria comprometido; no decurso, porém, do 2.º, 3.º, 4.º períodos, etc., as subsistências disponíveis já não aumentam senão em 1/2, 1/3, 1/4... respectivamente das proporções que tinham no início do período passaria a duplicar, no mesmo espaço de tempo em que a cifra da população poderia multiplicar-se por 500.

O aspecto impressionante dessa imagem contribuiu para a boa sorte de uma obra que na realidade era apenas um *panfleto* filosófico com fins políticos, onde Malthus procurava justificar os privilégios das classes superiores. Sua originalidade consistiu em fundamentar sua defesa em favor dos proprietários agrícolas em argumentos demográfico-econômicos: se a existência de uma classe miserável nada mais era do que a consequência fatal de uma lei natural, os ricos podiam usufruir sem remorsos os privilégios que tinham. O argumento servia magnificamente certos interesses políticos da época e, por conseguinte, não podia passar despercebido.

A caminho de um estudo científico?

Malthus, porém, surpreendido com o êxito de seu "Essay", pessoalmente tinha uma confiança bem limitada na solidez da base teórica em que construía seu raciocínio. Resolveu, por isso, aprofundar a questão e estudar atentamente, graças

aos materiais de que dispunha, como se havia mantido, de fato, no decorrer da História, o equilíbrio necessário entre o número de habitantes do globo e os recursos indispensáveis ao seu sustento, e através de que mecanismo tal equilíbrio lograra realizar-se, no seu tempo, nas várias regiões do globo.

Esse vasto inquérito valeu-nos uma obra inteiramente nova, apresentada em 1803 como segunda edição do "Essay" de 1798. Nesse "Second Essay" — como ficou a obra conhecida para distinguir-se da primeira — as considerações teóricas primitivas, reduzidas a umas poucas páginas já não representam senão uma espécie de introdução. Reconhecendo então a intervenção de fatores voluntários no desenvolvimento das populações humanas, Malthus abriu um lugar, ao lado dos "obstáculos externos" já assinalados, para os obstáculos de ordem interna — prolongação do celibato, restrição dos nascimentos — capazes de manter o crescimento da população abaixo do ritmo fisiológico.

Mas o que constitui o interesse essencial dêsse segundo "Essay" são as considerações do autor em torno do exame de situações bem concretas, cuja análise constitui a parte científica de sua obra demográfica. Não tivesse esta permanecido quase que inteiramente desconhecida — abandonada pelos leitores apegados principalmente à doutrina econômica, filosófica ou moral — teria ela podido servir de ponto de partida para a elaboração de uma verdadeira ciência da população, essa ciência de observação baseada na sociologia e na demografia, que somente agora começa a concretizar-se.

Infelizmente, se Malthus conquistou numerosos discípulos — e, o que é ainda pior, falsos discípulos — nenhum deles enveredou por esse caminho. Antes, pelo contrário, elaboraram diferentes doutrinas "malthusianas", muitas delas bastante afastadas das concepções do autor em que se baseavam.

Teorias econômicas

No processo de evolução do "malthusianismo", podemos distinguir duas grandes correntes, embora a linha de demarcação se torne, não raro, difícil de traçar: de um lado, a corrente econômica, de caráter mais especulativo; de outro, uma corrente filosófica e moral, de caráter mais prático.

No terreno da economia política, uma teoria sistemática de caráter estático, nasce no decurso do século XIX: retomando a idéia inicial de Malthus, certos economistas procuram precisar as relações existentes entre a população e os diferentes fatores da produção. Vários dentre êles procuram definir, quanto a determinado país, a grandeza da população suscetível de assegurar o "máximo de bem-estar" a cada indivíduo.

Essa concepção de "uma população ótima", filha espiritual do pensamento teórico malthusiano, tornou-se hoje o ponto de partida de numerosos

trabalhos visando a elaboração de uma verdadeira "teoria do ótimo de população". Encontra-se, também, mais ou menos conscientemente, na base de numerosas discussões em torno dos problemas de população.

O neomalthusianismo

No terreno filosófico e moral, o sombrio pessimismo de Malthus exerceu uma influência não menos considerável. O temor do "superpovoamento" levou muitos dos seus "discípulos" a considerarem qualquer crescimento da população como um mal em si e a se erigirem em propagandistas de uma restrição deliberada da procriação, levada a efeito por todos os meios, inclusive alguns que o próprio Malthus teria reprovado em nome da moral. Daí, o nome de "neomalthusianismo" criado para caracterizar êsse desvio da doutrina originária.

A violência das polêmicas que, há mais de um século, colocam frente a frente "malthusianos" e "antimalthusianos", explica o caráter afetivo assumido pelas discussões relativas aos problemas de população. Nesse debate apaixonado, a ciência pouco encontra lugar, tanto mais que reina certa confusão entre os dois campos, cada um dos interlocutores podendo alinhar-se entre os "partidários" ou os adversários, segundo a parte a que se refere — política, econômica, filosófica ou moral — da doutrina de Malthus.

Novos aspectos do problema

Enquanto continuavam essas polêmicas, o espectro do "superpovoamento" que atemorizara os espíritos em começo do Século XIX, deixou de estender sua sombra sobre os países onde justamente se originara a discussão. E' certamente por isso que pouco progresso se verificou no estudo científico de um problema que progressivamente deixou de ter atualidade para os países onde a elite intelectual era, então, única depositária da opinião pública.

Para êsses países, com efeito, o século XIX coincidiu com o período eufórico do desenvolvimento capitalista. Associando os imensos progressos permitidos pelo maquinismo em todos os setores da produção à exploração dos territórios e dos povos de suas colônias ou de nações economicamente subjugadas e estendendo ao mundo inteiro a rede de suas trocas comerciais, puderam êsses países facilmente enfrentar um crescimento sem precedentes das respectivas populações. Suas disponibilidades alimentares aumentaram mais rapidamente do que podiam esperar os mais otimistas. A fome deixou de pairar como ameaça sobre as populações de origem européia.

Outra preocupação começou, porém, a nascer em alguns desses países logo em fins do século XIX e esta somente acentuou-se entre as duas

guerras mundiais. O crescimento da população francesa diminuiu a tal ponto que a França teria ficado despovoada, não fôsse a imigração estrangeira. A Suécia, a Inglaterra, a Áustria, viam desaparecer seus excedentes de natalidade com inquietante continuidade. Vinda da Inglaterra, a propaganda neomalthusiana ameaçava provocar verdadeira devastação nos países mais adiantados no sentido da diminuição da fecundidade.

Assim, pois, ao lado de numerosos países que ainda não haviam recebido os benefícios dos mesmos progressos técnicos que os de civilização européia, nos países que por circunstâncias históricas permaneceram mais ou menos dominados e onde a instrução permanece ainda o privilégio de uma pequena minoria, ao lado desses países ainda sob a ameaça da escassez alimentar senão mesmo da fome, outros existem (cujo número continuou aumentando desde a primeira guerra mundial) que experimentam um tipo de ansiedade absolutamente nova — o receio do despovoamento.

No plano internacional

O aparecimento dessas diferenças consideráveis entre nações quanto à respectiva situação demográfica, fez renascer a opinião bem antiga de que "a pressão demográfica", quando se torna insuperável pode provocar guerras. Essa opinião nunca deixou de ser aproveitada pelos neomalthusianos, como argumento suplementar em apoio da restrição da natalidade; restrição que lhes parecia indispensável, não somente para o progresso social e econômico, como também, para o estabelecimento de uma paz duradoura.

Essa tese estribava-se, naturalmente, na propaganda nacionalista contrária, em favor do aumento da população. Já no decurso do Século XIX, as teorias populacionistas haviam assumido tendência agressiva em certos países, principalmente na Alemanha: a velha concepção mercantilista da população fonte de riqueza, ali evoluíra no sentido de uma doutrina da população fator de poderio.

Mas foi somente nestes últimos tempos que os problemas demográficos assumiram tal importância no plano internacional. Para justificarem sua política de agressão, os ditadores fascistas reclamaram "o espaço vital" para os seus povos. Através de sua propaganda em torno desse tema, impuseram a muitos a idéia de que a "pressão demográfica" pode engendrar a guerra. Assim, o que não passava de um pretexto, transformou-se em causa.

Infelizmente, os erros fazem parte do terreno da realidade da mesma forma que as idéias justas. E' fato que os problemas demográficos, apresentados de modo falacioso a um público insuficientemente esclarecido, podem no futuro transformar-se num fator de perturbação das relações internacionais.

II — ALGUNS ERROS FUNDAMENTAIS

O desenvolvimento da ciência demográfica

Os progressos realizados, há algumas dezenas de anos, em matéria de demografia provieram principalmente do melhor conhecimento dos fatos sociais. Em muitos países as estatísticas demográficas fundamentais melhoraram. Os estudos estatísticos sobre o mecanismo complexo do aumento e da diminuição da população multiplicaram-se. Novos métodos precisos foram elaborados para o estabelecimento das estatísticas. A higiene, a psicologia e a sociologia familiar estudaram os fatores que condicionam os movimentos demográficos (nupcialidade, natalidade, mortalidade, migrações), nos terrenos onde a estatística já não se aplica.

Assim, a pesquisa demográfica orienta-se em tôdas as direções e reúne, pouco a pouco, os fragmentos de uma ciência. Todavia, não é possível ainda obter-se uma imagem precisa e completa. A situação atual difere cada vez mais da que se verificava no período anterior, quando se tomavam, como ciência verdadeira, doutrinas absolutas. De certo modo, é verdade que um dos principais resultados das pesquisas realizadas nestas últimas dezenas de anos foi o de nos fazer calcular a extensão de nossa ignorância em matéria de demografia. Acabamos por compreender, principalmente, que o estudo das relações entre os movimentos demográficos e as condições econômicas e sociais constitui um terreno infinitamente vasto. Não há dúvida que se obtêm resultados apreciáveis, mas os dados essenciais do problema permanecem obscuros.

A pesquisa demográfica desenvolveu-se tomando como ponto de partida idéias e dogmas um tanto simplificados de Malthus e teorias derivadas do malthusianismo. E' bom esclarecermos desde logo que essas idéias e êsses dogmas em nada facilitaram a pesquisa — os progressos da pesquisa moderna se realizaram, de fato, em oposição a essas teorias — e que as mesmas são hoje obsoletas. Contudo, se quisermos generalizar, perceberemos não raro que, na falta de melhor teoria de conjunto, essas velhas idéias e êsses velhos dogmas ainda têm sua utilidade. Assim é que encontramos ainda idéias gastas, sobre o "superpovoamento", "pressão demográfica", mesmo nos estudos modernos: entre os bons demógrafos que se aventuram fora de sua especialidade e, ainda com mais razão, entre os vulgarizadores. E' de lamentar que se discutam os aspectos ideológicos e políticos do problema demográfico usando termos já passados e sem tampouco a preocupação dos ensinamentos da pesquisa moderna, o principal dos quais é que devemos mostrar realismo nos nossos juízos e somente os formular em função de determinada época, de determinado país ou de determinado problema. Assim, resta, pois, antes

de empreender a educação do público, uma tarefa essencial a cumprir: liquidar com os dogmas antigos.

A terminologia

Antes de mais nada, para falar de questões demográficas, em geral, faz-se mister começar por definir com precisão seu objeto, de modo a evitar o erro que consiste em usar termos vagos.

E' comum dar-se ao termo *população* um sentido apenas quantitativo — importância numérica. Essa noção raramente tem utilidade, a não ser quando se trata do número dos habitantes de um país. Nenhum estudo teórico pode limitar-se à simples noção de "população". E' preciso não esquecer, com efeito, que tôda população é uma coletividade com determinada composição sob o ponto de vista da *idade* e do *sexo* e cujos membros se agrupam em *famílias* e *comunidades* de tipos definidos, embora variáveis, distribuindo-se por *regiões* e *profissões*, e sendo dotadas de certas características determinadas sob o ponto de vista da *saúde*, da *educação*, da *religião*, dos *costumes*, etc., que tôdas essas diferenças se traduzem por diferentes reações diante dos fatores externos e vice-versa. Daí, o termo de "população" ser um termo enganoso e perigoso. A pesquisa moderna já nos esclareceu suficientemente sobre tôdas essas diferenças e sobre a maneira pela qual as mesmas afetam as relações entre os movimentos demográficos e as modificações do meio exterior, para nos sentirmos seguros de que nenhuma regra simples pode existir para regular, por exemplo, as relações entre a "população" e os "meios de subsistência".

O mais interessante de estudar-se são precisamente essas relações. E' interessante observar-se que jamais se tenha pensado realmente em estudar até que ponto "a pressão demográfica afeta os meios de subsistência". Como se verifica a suspensão do crescimento demográfico? Por exemplo: quais os grupos de idade que morrem e como êsse fato modifica a relação futura entre o consumo e a produção. Poderíamos prosseguir nessa pesquisa e pedir que se levem a efeito estudos desse tipo não somente nos casos de mortalidade pela fome, como também quando se trata de uma diminuição da resistência vital em consequência de restrições alimentares. Mas, mesmo nos países que, hoje ainda, sofrem tais restrições, nenhum estudo existe sobre a repercussão efetiva desses fatores.

Os *recursos* ou meios de subsistência apresentam problemas tão complexos como os da população. Desde a origem dos estudos demográficos, os recursos em gêneros alimentícios mereceram um lugar de importância primordial. E' evidente que é indispensável um mínimo de alimento para manter a vida e um mínimo sensivelmente mais elevado é necessário para assegurar a saúde e um alto grau de produtividade. A alimentação é hoje uma ciência no sentido mais lato do termo, o que não acontecia na época de Malthus e nem mesmo há uma geração atrás. Essa ciência

visa definir os princípios dos vários regimes alimentares mas o objetivo afasta-se à medida que avançam as pesquisas. Ainda temos trabalho para várias dezenas de anos. Mas a relação entre a "alimentação" e a superfície cultivável não é uma relação simples. Em cooperação com os agricultores, poder-se-ia, dentro de breve prazo, descobrir o meio de aumentar de modo sensível os recursos alimentares, sem modificar os fatores naturais. De qualquer modo, utilizando-se o termo *recursos* dever-se-iam levar em conta conhecimentos técnicos ainda não aplicados e progressos técnicos futuros.

Existem igualmente outros recursos além dos que afetam a produção de gêneros alimentares. Mesmo em matéria de economia nacional fechada, há uma margem considerável dentro da qual os recursos podem ser utilizados quer para a alimentação, quer para a produção de outros gêneros ou serviços. Assim é que os corpos graxos podem servir não somente para alimentação, como também para fabricação de sabão; as batatas, mesmo entre as populações subalimentadas, servem para a produção do álcool. À medida que se eleva o nível de vida, a população começa a interessar-se por novas categorias de recursos, o que permite utilizações ainda mais variadas; essas possibilidades aumentam ainda mais quando os meios de transporte melhoram e o comércio internacional se desenvolve. Os recursos, tal como a população, não constituem dados estáveis; tampouco são eles dados simples.

A lei de Malthus

E' por isso que a velha teoria, tão espalhada, que via uma relação constante e inflexível entre a "população" e os "meios de subsistência" tem que ser posta de lado. Essas relações são muito complexas para ser expressas em fórmulas assim tão simples. Um exemplo extremo nos mostrará como é impossível falar-se em termos gerais sobre relações desse gênero. Tomemos o caso de uma sociedade primitiva, forçada a viver com seus próprios produtos e suponhamos que em determinado ano a colheita forneça a metade dos recursos alimentares necessários para garantir uma ração de subsistência a uma população de 200.000 pessoas. Nenhuma lei absoluta permite calcular-se o que aconteceria. Se a população resolvesse pôr de lado as rações de 100.000 pessoas para aquele ano, as outras 100.000 morreriam talvez, dentro de alguns dias ou dentro de algumas semanas. Se, pelo contrário, a população continuasse a alimentar-se como antes, os recursos bastariam para a metade do ano, finda a qual a totalidade das 200.000 pessoas talvez morresse de fome. Há uma terceira solução: dar a toda a população uma ração reduzida à metade; neste caso, ainda, o resultado seria diferente e dependeria da resistência diminuída de cada indivíduo. Além disso, que força restaria aos produtores para preparar a safra do ano seguinte? Haveria uma espécie de reação em cadeia que anularia qualquer tentativa de simplificação.

Segundo Malthus, a pressão demográfica se exerce constantemente sobre os meios de subsistência e qualquer aumento quantitativo destes últimos é rapidamente absorvido pelo crescimento correspondente da população, tanto assim que, no conjunto, o nível de vida permanece baixo e mais ou menos constante, enquanto que a taxa de mortalidade, que é variável em regra bastante elevada, frena constantemente o aumento demográfico. Essa teoria foi desmentida nos seus três pontos pelos fatos, nos países estudados por Malthus: a produção e os meios de subsistência aumentaram num ritmo muito mais acelerado do que se previa; não somente a taxa de mortalidade diminuiu, como também diminuiu, embora na maioria dos casos com certo atraso, a taxa de natalidade. Finalmente, o nível de vida elevou-se muito sensivelmente. A história opôs, por conseguinte, um formal desmentido às predições do malthusianismo.

O erro que cometem sistematicamente o malthusianismo e suas modernas variações é considerar os seres humanos, antes de tudo, como consumidores e os recursos como quantidades fixas a serem repartidas. E' preciso não perder de vista o fato fundamental que todo crescimento numérico significa também um crescimento de produtores. Como explicar, de outro modo, que o mundo tenha podido alimentar uma população de tal modo aumentada? Por que as gerações futuras serão mais destruidoras do que as passadas?

Dir-se-á, para justificar Malthus e seus discípulos, que não podiam eles prever o ritmo do progresso técnico nem o processo de industrialização e de secularização que levaram a população a adotar, frente ao problema sexual e da família, uma atitude racional, traduzindo-se pela limitação voluntária do número de nascimentos. Dir-se-á também que no tempo de Malthus havia razão para pessimismo acerca do futuro das populações da Europa ocidental. Mas será esse, exatamente, o problema? Malthus construiu uma teoria geral que peca por sua incapacidade de imaginar a evolução técnica e psicológica futura.

Um duplo preconceito sistemático

Dispomos hoje da experiência que faltava a Malthus; dispomos de todo um conjunto de conhecimentos científicos precisos acerca das relações complexas entre essas duas noções abstratas que são a "população" e os "recursos". E' quanto nos deve bastar para que não apliquemos essa teoria, que peca por falta de imaginação, às regiões hoje classificadas como "insuficientemente desenvolvidas".

O que chamamos "falta de imaginação" não resulta de simples ignorância do futuro, e sim de um duplo preconceito sistemático. Antes de tudo, considera-se que os costumes de um povo são imutáveis, o que não é verdade; essa idéia nunca deixou de influir nas ciências sociais e, especialmente, na sociologia. Os estudos levados

a efeito em certas regiões onde o nível de civilização parece inferior do ponto de vista ocidental, por exemplo, os Estados do Sul dos Estados Unidos e o Extremo Oriente, dão ainda hoje uma imagem demasiado fixa dos modos e dos hábitos de pensamento e de comportamento social. É interessante observar-se que há 150 ou 200 anos atrás, as classes inferiores, na Inglaterra e na Escandinávia, países onde as condições, a cultura e a função social dessas classes sofreram prodigiosa transformação, eram não raro julgadas através das mesmas idéias preconcebidas que hoje falseiam nosso conceito dos países insuficientemente desenvolvidos; calculava-se que essas classes fôsem, por natureza, preguiçosas, imprevidentes, despidas de espírito de iniciativa, escravas de tradições irracionais, etc.

Em segundo lugar, subestimam-se, lamentavelmente, as possibilidades do progresso técnico que o futuro nos reserva. No século XIX, há uma idéia que aparece a cada página das obras sobre economia, às vészes claramente expressa, quase sempre subentendida: a idéia de que os "grandes inventos" já passaram e que os progressos futuros consistirão na exploração mais completa das descobertas ou dos inventos do passado. Erro natural, uma vez que basta lançarmos um olhar no passado para verificar os efeitos práticos das descobertas passadas, enquanto que precisamos de certa imaginação para prever os efeitos das novas descobertas.

Na era das descobertas atômicas, já deveríamos estar imunizados contra o velho preconceito estático. Hoje, sabemos que nossa civilização pode ser destruída mas sabemos também que podemos esperar, se a paz fôr preservada, um aumento maravilhoso dos nossos recursos de energia e de gêneros alimentícios.

Quando pensamos na evolução dos costumes e no progresso técnico, vemos que o futuro pode reservar-nos mudanças ainda mais radicais, especialmente nos países insuficientemente desenvolvidos. Uma das razões para prevermos tais mudanças é a intervenção crescente do Estado na direção e na organização da economia.

A cifra ideal da população

Desde que se admite a possibilidade de exercer uma influência sobre o crescimento demográfico, outra doutrina muito difundida aparece: a da possibilidade de calcular-se a cifra ideal da população de cada país.

A idéia de que exista uma cifra ideal ou "ótimo", não é nova. É fácil fazer-se da mesma uma espécie de demonstração pelo absurdo. Se a população total do globo, que se eleva a dois bilhões, ou a dois bilhões e meio de habitantes, fôsse forçada a viver num cantão da Suíça onde, materialmente, não teria espaço, é lógico que não poderia sobreviver. Da mesma forma, se no território da U. R. S. S. só vivessem vinte famílias, a população desse país estaria evidentemente abaixo da cifra ideal. Conclui-se daí que, para cada país, deve haver um ponto de equilíbrio per-

feito entre a população e os recursos, uma cifra de população em que o nível de vida atinge seu máximo.

Essa teoria exige exame aprofundado. Logo de início levantam-se certas objeções. Nos casos extremos, fácil será chegar-se a um acôrdo; quando um país se aproxima da cifra máxima de população, isto é, do limite além do qual a fome transforma-se em flagelo, é evidente que se quebra o equilíbrio entre a população e os recursos. Todos concordam que se trata de uma questão de vida ou de morte e os seres humanos estão acordes para reconhecer o valor da vida. Não pára, porém, aí, o raciocínio. O que se pode determinar com certa precisão científica é o número *máximo* e não o número *ótimo* da população.

Quanto a saber-se se os habitantes viveriam "melhor" se fôsem mais ou menos numerosos, isso já escapa a esse raciocínio. O próprio termo já perde o seu sentido, por isso que "ótimo" supõe a definição prévia do que é "melhor". Na maioria dos casos, quem assim raciocina baseia-se no nível de vida. Mas há quem conteste que o bem-estar econômico seja o fim supremo da vida e, neste caso, a expressão perde todo seu valor. Mais ainda não é possível mesmo chegar-se a um acôrdo sobre o que será o *melhor* nível de vida. O que será melhor? Conseguir ovos frescos dentro de uma coletividade agrícola isolada ou poder ir ao teatro numa cidade superpovoada como New York?

O erro fundamental de toda teoria relativa ao ótimo de população é querer demonstrar cientificamente que determinado gênero de vida ou que determinada cifra de população sejam, de modo absoluto, "melhores" do que outro. A teoria segundo a qual a ciência deve estabelecer não somente fatos como também valores não pode resistir ao pensamento crítico moderno. São os próprios seres humanos, como indivíduos ou coletivamente como cidadãos, que devem escolher segundo o tempo e o lugar.

Idéia ôca

Essa teoria do ótimo de população data da segunda metade do século XIX. Representa ela uma variante da teoria malthusiana da pressão demográfica e dos meios de subsistência, variante que se impõe pela limitação voluntária do número de nascimentos. Era preciso fazer desaparecer os elementos de fatalismo e de pessimismo contidos na primeira teoria substituindo-os por considerações mais animadoras: qual a ordem de grandeza ótima da população de um país?

Sob essa forma simples em que se apresenta ainda hoje, a teoria do ótimo de população é uma espécie de especulação abstrata baseada na hipótese de que "todas as coisas são iguais, exceto a cifra da população". Essa teoria foi formulada em 1888 por Cannan nos seguintes termos: "Em um momento dado, a soma de trabalho que pode ser fornecido em determinado território, nas condições de rendimento industrial

mais favoráveis, é determinado". Em outras palavras: para determinada região, em determinado momento, é possível calcular-se a cifra da população que seria mais conveniente, economicamente.

A primeira coisa que se pode observar a respeito dessa teoria é que, do ponto de vista científico, a mesma provou ser absolutamente inaplicável. A despeito das inúmeras páginas que foram e continuam sendo escritas sobre a questão do ótimo de população, raros são os autores que tentaram tirar dela uma aplicação prática para determinar a cifra ótima da população em determinado país. Essa teoria conservou-se no plano das abstrações, no pior sentido do termo. Nos raros casos em que se tentou avaliar o ótimo de população de um país, o cálculo baseou-se, evidentemente, nas preferências pessoais do autor, muito mais do que numa teoria qualquer.

Além disso, a teoria só poderia aplicar-se a um país de *per si*. E seria preciso considerar esse país como vivendo em economia fechada, economicamente segregado do resto do mundo, ou então como mantendo com o resto do mundo relações comerciais e financeiras constantes. Hipótese absurda, uma vez que a cifra da população é variável. Por outro lado, se aplicarmos essa teoria a vastíssimas regiões ou ao mundo inteiro, ainda menos sustentável ela se tornará. Neste caso, com efeito, não se pode definir os "recursos" senão recorrendo a hipóteses arriscadas no tocante não só às relações financeiras e comerciais como também à repartição da população no interior de cada região. A teoria do "ótimo de população", é, pois, um balão furado.

Um conceito mais dinâmico

Como a idéia de um ótimo de população permanece, ainda hoje, implicitamente aceita em grande número de estudos gerais sobre as questões demográficas, faz-se mister enumerar pelo menos algumas de suas lacunas e de suas contradições mais flagrantes.

E' evidente que, se não quisermos desassociar inteiramente essa teoria da realidade, não podemos esquecer o fator tempo. E' preciso estabelecer mais do que uma simples relação estática entre os recursos de um lado e, de outro, os dois fatores variáveis que são a população e o nível de vida. A teoria deverá levar em conta a *evolução dentro do tempo*, evolução no decurso da qual se admitirá que o fator população varia num sentido ou noutro. Terá que prever, em suas grandes linhas, os acontecimentos futuros e, ainda, as futuras relações entre esses acontecimentos.

E, antes de mais nada, não se pode admitir que "os recursos" permaneçam no nível atual. E' preciso poder fazer previsões válidas no tocante ao progresso técnico, às novas invenções e descobertas, aos acontecimentos futuros no setor dos transportes, do comércio e das finanças. Assim, por "recursos" será preciso compreender "os recursos e suas possibilidades de desenvolvimento durante determinado período". Já apontamos as dificuldades do estabelecimento de previsões desse

gênero. Como a noção de "plano" está, provavelmente, fadada a assumir cada vez maior importância no futuro, em cada Estado, o desenvolvimento dos recursos já não será natural, senão ligado à política.

Além disso, os movimentos de população devem igualmente ser objeto de previsões; e suas conseqüências devem ser estudadas com precisão. A cifra a que se poderá reduzir uma população em diminuição ao cabo de determinado número de anos pode não ter influência no nível de vida; mas até mesmo esse processo não deixará de ter toda uma série de conseqüências de ordem econômica ou outra. Em uma população nessas condições a percentagem de velhos aumentará, da mesma forma que numa população em crescimento a percentagem de crianças a cargo dos adultos aumenta. Assim, sem falar na importância da estrutura da população terão conseqüências determinadas sobre o conjunto do desenvolvimento econômico, e vice-versa. Tomemos um exemplo: uma população que envelhece exigirá investimentos e serviços inteiramente diferentes dos exigidos por uma população em crescimento com uma grande percentagem de jovens. Diz-se, comumente, que os caixões mortuários substituem os berços. São as conseqüências dessas modificações da população, muito mais do que as diferenças absolutas entre *totais* que têm importância na economia de um país.

Independentemente dessas considerações teóricas, a política impôs também uma concepção mais dinâmica. A velha idéia do "ótimo da população" nunca foi e jamais poderá ser utilizada na planificação. Os únicos fatos demográficos sobre os quais se pode basear uma ação planificada são os fatos previsíveis. O sentido e o ritmo da evolução demográfica serão ou não favoráveis? Poder-se-á prognosticar um crescimento, uma diminuição ou uma estabilização da população? Quais serão os efeitos dessas modificações sobre a economia do país? Como procederá cada país para avaliar esses efeitos? Tais são os problemas que será preciso examinar para compreender os acontecimentos e determinar a que ponto será possível modificá-los. A teoria abstrata do ótimo de população perde assim todo seu sentido.

Superpovoamento e povoamento insuficiente

Como já observamos, esses termos podem ter uma significação bastante precisa se considerarmos os casos extremos e, de modo especial, os casos de povoamento máximo. Assim é que existem vastas regiões onde a população atinge uma densidade tal que a miséria parece inevitável. Como na teoria de Malthus, os períodos de fome agem como freios. A taxa da natalidade mantém-se em nível elevadíssimo, a da mortalidade, igualmente, de modo que a taxa de sobrevivência torna-se reduzidíssima. Por outro lado, há regiões onde parece evidente que a população poderia ser mais numerosa. Poderia tal população gozar um nível

de vida superior ao da atual? A resposta é difícil. As primeiras regiões são chamadas superpovoadas, as segundas, insuficientemente povoadas.

O emprêgo dessas expressões é admissível nos casos extremos. Mas se rejeitarmos totalmente a teoria do ótimo da população, logicamente o crescimento ou a diminuição da população deixam de ter uma influência necessária sobre o nível de vida, sendo, por conseguinte, absolutamente impossível classificar as populações em “demasiado numerosas” ou “insuficientes” com relação a uma cifra “ótima”.

Essas expressões são até mesmo francamente perigosas como remanescentes da teoria neomalthusiana do século XIX, segundo a qual quando uma população é pobre, quando seu nível de educação é baixo e quando são primitivas suas técnicas de produção, é no número dessa população que é preciso agir para adaptá-la aos recursos disponíveis. Mas essa mesma população também pode ser arrancada da miséria sem diminuir o número, desde que aprenda a aproveitar seus recursos de modo mais racional. Em compensação, se essa população diminuir sem que seu nível de educação se eleve nem melhorem seus métodos de produção, ela continuará a sofrer pobreza. O termo “superpovoamento” implica uma idéia preconcebida favorável à política de redução da população, quando, na realidade outras reformas se imporiam e uma simples redução da cifra da população nenhum resultado traria.

Assim, o termo “superpovoamento” nada mais é do que uma maneira mais vaga de designar a pobreza. É preciso observar, porém, que não se trata apenas da pobreza absoluta de recursos, senão da pobreza de cada família de *per si*. Mesmo quando os recursos são abundantes, a fertilidade favorece as famílias numerosas, o que acarreta a pobreza para o indivíduo, da mesma forma que para a sociedade. Chegamos assim a uma nova interpretação, um pouco mais racional, da idéia do “superpovoamento”: o fator decisivo não é a cifra da população e sim sua *taxa de crescimento*. A fertilidade paga-se; os moços exigem grandes despesas para sua manutenção, até chegarem a tornar-se produtivos. Se qualificarmos como “superpovoado” um país altamente fértil, não o será em função de seus recursos em geral e sim em função dos recursos de que dispõe efetivamente a população infantil. Para dar um sentido preciso a esses termos, cujo único valor consiste na imprecisão, é necessário, pois, nos afastarmos do sentido corrente.

A pressão demográfica

Aí está mais uma dessas idéias vagas que encontramos freqüentemente nos estudos gerais dedicados aos problemas demográficos e das quais, nesta era científica da humanidade, precisamos nos desvencilhar. Pelo fato de variar a relação entre a densidade de população e os recursos, de um país para outro, admite-se que deve haver uma força (pressão) tendente a provocar um

movimento, migração ou guerra. Mas em que fatos se baseia tal hipótese?

No que diz respeito às migrações houve, não há dúvida, mesmo na época moderna, vastos deslocamentos de populações do campo para a cidade, na época da industrialização; da Europa para a América, provocada em parte por razões de ordem econômica. Mas é verdade também que numerosas populações se recusaram a emigrar, embora o nível de vida fôsse extremamente baixo. Os estudos modernos mostram que o fenômeno migração é muito mais complexo do que parece e que se liga a toda espécie de fatores culturais. Nenhum especialista no assunto pensará em explicar os movimentos de migração pela teoria imutável e universal da “pressão demográfica”.

No tocante às guerras, a teoria da “pressão demográfica” parece-nos ainda menos satisfatória. Na época atual, as guerras de agressão não são, via de regra, privilégios de países “superpovoados” ou de países pobres desejosos de ter sua parte nas riquezas de seus vizinhos. Muito pelo contrário, como nos mostra a história da colonização. É notável como as colônias serviram pouco para receber os excedentes da população. Mesmo os países considerados “superpovoados” não enviaram para suas colônias senão um punhado de emigrantes. Por toda parte a colonização foi aproveitada principalmente pelos administradores e técnicos, uma vez que as condições que ofereciam à mão-de-obra não qualificada eram demasiado árduas para incitar as massas a deixar a metrópole.

Mas, se nos recusamos a ver, na “pressão demográfica” a origem das guerras, em compensação não há a menor dúvida de que a *crença* na pressão demográfica, incentivada por uma propaganda desenfreada agindo sobre uma população ignorante pode constituir um dos meios psicológicos e ideológicos de preparar um país para a guerra. Esse o perigo, não dos fatos demográficos, mas da propaganda demográfica. Para essa propaganda, a “pressão demográfica” se exprime nos conceitos modernos de “espaço vital” de “nações de ricos e nações de proletários” e liga-se à noção do “encerclement”.

Como observamos no começo deste capítulo, a pesquisa científica reuniu, há algumas dezenas de anos, grande número de dados precisos relativos aos movimentos de população e às relações entre esses movimentos e o desenvolvimento econômico e social. A acusação mais séria que se pode fazer às teorias especulativas do gênero das que acabamos de refutar em linhas gerais é que, do ponto de vista puramente científico, elas representam uma reação: uma tentativa de explicar a realidade e mesmo de sugerir uma política, sem levar em conta os dados acumulados no decurso de muitos anos de laboriosas pesquisas científicas. O fato dessas teorias estarem tão amplamente difundidas hoje deve justamente incitar a opinião pública a olhá-las com maior desconfiança.

(continua)